

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 20.08.2020

O Governo e o sector empresarial devem preparar-se para o regresso dos visitantes

Depois de uma seca, o orvalho é mais valioso do que outra coisa qualquer. Após vários meses de uma rigorosa disciplina, e com a protecção de Deus, a situação da pandemia do novo tipo de coronavírus registou uma melhoria na China Continental e em Macau. Finalmente, Macau pode deixar a medida de quarentena e ser reaberto à circulação de pessoas ao nível nacional, depois de a equipa liderada pelo Chefe do Executivo Ho se ter deslocado a Pequim para visitar diversos ministérios e comissões, abrindo as vias de comunicação e introduzindo nova vitalidade para a próxima onda de desenvolvimento de Macau. Para Macau, é a felicidade.

Com a isenção de restrições à entrada de residentes do Interior da China em Macau, e a retoma da emissão de vistos para indivíduos e grupos, foram criadas as condições para os diversos sectores da economia recuperarem a vitalidade, incluindo o comércio, as exposições, as convenções, as compras, o turismo e a restauração, entre outros. Acredita-se que Macau, com uma taxa de incidência muito baixa e segura, exerce uma grande atracção para os turistas regressarem.

Mas, nos últimos meses, várias cidades do Interior da China detectaram, sucessivamente, o novo coronavírus em embalagens de alimentos congelados importados através da cadeia internacional de logística de frio. O sistema de transporte de frio envolve várias fases, nomeadamente, o processamento de alimentos, a refrigeração, o transporte, entre outras. O vírus pode sobreviver a baixa temperatura por vários meses ou mesmo anos, e pode ser transmitido para outros países ou regiões. Face à situação referida, o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) alargou o trabalho de despistagem do novo coronavírus com o teste de ácido nucleico. Em comparação com a despistagem rigorosa com ácido nucleico de quem entra e sai de Macau, o rastreio de mercadorias é feito por amostragem. Quando os alimentos congelados são distribuídos no mercado de venda, pode-se correr o risco de disseminação do vírus através do contacto com pessoas, se no rastreio houver “peixe fora da rede”. Assim, quanto aos trabalhos de prevenção da epidemia, apresento as seguintes sugestões:

1. A política de visto individual foi restabelecida, e os governos de Macau e do Interior da China criaram os seus “mecanismos disjuntores (*Circuit Breakers*)” para prevenir o ressurgimento em grande escala de infecções. Aquando da abertura gradual da entrada de turistas, sugiro ao Governo que pondere em detalhe as medidas a adoptar se houver casos pontuais locais e, dentro do possível, evite activar o referido mecanismo só com um caso confirmado, para evitar a situação de “soma zero”.

2. Os “disjuntores” têm grande influência, assim, há que dar grande atenção às inspecções e ao rastreio de mercadorias. Sugiro ao Governo que assegure rigorosamente as inspecções por amostragem, aumente adequadamente o número das inspecções, e efectue, quanto antes, estudos sobre a monitorização das mercadorias após a entrada no mercado, através do código QR, etc., para evitar que as que têm vírus continuem a circular. Há que dominar a fonte da infecção através de rastreio, para reduzir o risco de novos casos nos bairros comunitários, em troca da continuidade da recuperação económica. Trata-se, pois, de uma aposta num grande negócio com reduzido capital, não é?

3. Sugiro ao Governo que crie um mecanismo de avaliação de riscos no ambiente de trabalho das empresas, com orientações para a prevenção da epidemia, definindo claramente as exigências em relação à desinfeção e sua frequência, nos sectores de transporte marítimo, serviços, restauração, comércio a retalho, convenções e exposições, instalações de entretenimento e lazer, e às medidas restritivas de circulação de pessoas, à densidade de trabalhadores, aos testes de ácido nucleico, etc., para os cidadãos, as empresas, os trabalhadores e os turistas poderem sentir-se bem e preparados para o reinício da indústria turística.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 20.08.2020

Este ano marca o arranque da cooperação entre Macau e Zhuhai na exploração da Ilha de Hengqin, o novo posto fronteiriço de Hengqin entrou em funcionamento no dia 18 de Agosto com o modelo de “Inspeção Fronteiriça Integral”, assinalando a interligação e intercomunicação de infra-estruturas entre Hengqin e Macau. Acredita-se que tudo isto contribuirá para reforçar o desenvolvimento integrado entre Zhuhai e Macau, e para libertar espaço para o desenvolvimento de Macau, uma vez que os recursos de solos são escassos, portanto, trata-se duma grande valia. No entanto, a entrada em funcionamento do Novo Posto Fronteiriço é apenas o primeiro passo. No actual quadro, ainda existem muitos obstáculos que impedem a integração entre Macau e a Ilha de Hengqin, nomeadamente, a falta de fluidez da circulação de pessoas, mercadorias, capitais e informações, o que dificulta a produção de efeitos sinérgicos. A cooperação precisa de ser reforçada em várias vertentes.

O Novo Posto Fronteiriço de Hengqin e a primeira fase da linha intercidades para o aeroporto de Zhuhai entraram em funcionamento no mesmo dia, concretizando-se assim a acoplagem das duas infra-estruturas. A estação de Hengqin está preparada para a ligação à extensão do metro ligeiro de Macau, só que os atrasos das obras estão a arrastar a integração de Macau na rede ferroviária do Interior da China. O Governo tem de acelerar a construção da extensão para garantir a ligação à rede intercidades de Zhuhai e de TGV do Interior da China, no sentido de aumentar a cobertura, ligar os postos fronteiriços, e potenciar as vantagens dos transportes colectivos na triagem do fluxo de pessoas. Mais, nas Linhas Gerais do Desenvolvimento da Grande Baía refere-se o apoio ao desenvolvimento do comércio electrónico transfronteiriço em Hengqin. Para tal, o Governo deve reforçar a facilitação do desalfandegamento, aumentar os benefícios fiscais, e aperfeiçoar o pagamento em diferentes moedas, para garantir a circulação de mercadorias e de capitais através deste tipo de comércio.

A cooperação Hengqin-Macau na área social e do bem-estar da população ainda está por aprofundar. O projecto “Novo Bairro de Macau”, com funções de habitação, educação e cuidados de saúde, vai ser construído em Hengqin, contribuindo para reduzir as preocupações dos residentes que pretendem trabalhar e viver lá. Espero que o Governo reforce a coordenação e comunicação com os serviços competentes do Interior da China, para acelerar a concretização do projecto, divulgue, quanto antes, os pormenores e calendarização, e lance políticas para evitar especulações e uso indevido desses preciosos recursos habitacionais. Neste momento, Hengqin ainda está na fase de desenvolvimento, e o sinal da rede é fraco, portanto, há que acelerar as construções respectivas, para aumentar o sinal e a taxa de cobertura, e sugiro ao Governo que negocie com os serviços competentes do Interior da China, para permitir a extensão dos serviços de telecomunicações de Macau ao “Novo Bairro de Macau”, aumentando a

velocidade da circulação de dados neste projecto. À medida que cada vez mais residentes vivem e trabalham em Hengqin, a procura de serviços sociais é cada vez maior. Espera-se que o Governo da RAEM comunique activamente com o Governo de Hengqin, para promover o desenvolvimento das instituições de serviços sociais de Macau na Ilha, quebrar os obstáculos, a nível de regimes, que impedem o intercâmbio e o reconhecimento mútuo das qualificações de talentos, e a circulação de capitais entre as duas regiões, transformando a Ilha numa base nacional do modelo de serviços sociais, com vista a prestar serviços sociais de qualidade e com características de Macau aos residentes das duas regiões.

Em suma, espera-se que os governos das duas regiões continuem a dialogar para quebrar barreiras, lançar mais políticas de benefício e inovação, concretizar a circulação rápida e eficaz dos factores de produção, aprofundar a cooperação entre Zhuhai e Macau na exploração da Ilha, para apoiar melhor a integração de Macau no desenvolvimento nacional.

IAOD dos Deputado Ma Chi Seng e Fong Ka Chio em 20.08.2020

Preparar bem os trabalhos para a reabertura da política de visto individual

Com os esforços conjuntos das autoridades competentes do Governo Central e do Governo da RAEM, as autoridades de imigração do órgão de segurança pública do Interior da China decidiram retomar a emissão, por zonas e etapas, do visto para viagens de turismo a Macau. Na quarta-feira passada, a cidade de Zhuhai retomou, em primeiro lugar, e nos dias 26 deste mês e 23 de Setembro, vão ser a província de Guangdong e todo o País, respectivamente. Nessa altura, com excepção de algumas regiões de médio e alto risco do Interior da China, haverá finalmente a retoma da política de visto individual, suspensa há mais de meio ano. É previsível que isto tenha um impacto positivo na economia e na vida da população de Macau.

Com a divulgação da notícia, as indústrias de turismo, hotelaria, restauração e venda a retalho, e os guias turísticos e os taxistas, entre outros trabalhadores por conta própria, com grande esperança na retoma da política de visto individual, vêem finalmente novas oportunidades, com melhoria do ambiente do mercado global. Voltando ao orçamento das finanças públicas deste ano, já se estava à espera da pior situação – redução significativa das receitas fiscais. Até ao final do ano ainda faltam 4 meses e, com a retoma do visto individual, a economia poderá melhorar, o que, sem dúvida, poderá aliviar parte da pressão financeira. Em suma, esta retoma é benéfica para todos os aspectos da economia e da vida da população de Macau, pois vai activar o ambiente do mercado e promover o entendimento entre os povos do Interior da China e de Macau. As visitas a familiares e amigos vão voltar ao normal, à medida que aumentam as relações entre os residentes de ambas as partes.

O Governo e a sociedade têm a responsabilidade de fazer melhor. Assim, apresento as seguintes sugestões:

Primeiro, a prevenção de riscos é sempre importante. Com novos casos de infecção, a política de visto individual agora já retomada será suspensa com a activação de um “mecanismo disjuntor”. Por isso, o Governo da RAEM deve reforçar a cooperação com os serviços competentes do Interior da China, para continuar a desenvolver bem a inspecção e o acompanhamento dos contactos com os doentes, não podendo, de modo algum, afrouxar os trabalhos. Também espero que o Governo possa fazer mais acções de divulgação e de orientação, para prevenir os cidadãos e os turistas. Por exemplo, alertar para o uso de máscara, lavagem frequente das mãos e insistir na declaração de saúde.

Segundo, a economia do Interior da China ainda está em recuperação. Mesmo depois da retoma da política de visto individual, a economia de Macau não voltará, em breve, à sua situação anterior. Assim, a revitalização do ambiente do mercado precisa de um maior esforço de todos os sectores. Com essa retoma da política de

visto individual, espera-se um aumento dos consumidores, e os comerciantes que prestam serviços e os trabalhadores por conta própria também devem recuperar, tanto quanto possível, a sua actividade. Por exemplo, os guias turísticos e o sector dos táxis já referiram que, na epidemia, muitos trabalhadores já mudaram de profissão, portanto, para retomar o serviço aos turistas com visto individual, é necessário encontrar mais soluções.

Terceiro, ontem, o Tufão “Higos” atacou directamente Macau, atingindo o nível 10. O tufão foi muito rápido e violento. Como a sociedade de Macau já absorveu as experiências do tufão Hato e do Mangkhut, e tendo em conta a rápida activação da estrutura de protecção civil e a liderança eficaz do Centro de Comando, não houve mortos ou feridos graves. A ordem social voltou ao normal em poucas horas. Por um lado, temos de agradecer aos serviços públicos e aos seus membros o esforço e contributo incansáveis. Por outro lado, como referiu o Secretário para a Segurança, Wong Sio Chak, cada incidente de protecção civil, incluindo os tufões, é uma situação nova. Temos de sintetizar e acumular experiências, de forma a tornar mais sólida e sistematizada a defesa de Macau contra os diversos incidentes de protecção civil, fazendo com que os residentes e os turistas sintam que Macau é uma cidade muito segura, reforçando a sua competitividade.

A atitude correcta para a reabertura da política de visto individual é a prevenção e a recepção de oportunidades comerciais. Espero que o Governo e a sociedade possam, em conjunto, levar a bom termo os respectivos trabalhos.

IAOD da Deputada Chan Hong em 20.08.2020

Alargar o espaço de actividades dos residentes e construir uma cidade saudável e habitável

O Governo vai aproveitar 4 terrenos da Taipa, com cerca de 19 mil metros quadrados, para construir um parque com pneus como principal elemento de design, que vai incluir várias instalações de lazer e recreio. Isto vai contribuir para o aumento do espaço de actividades e recreio naquela zona, para a melhoria do ambiente habitacional e para a sensibilização e educação sobre a protecção ambiental, o que, regra geral, é bem acolhido pelos residentes. Contudo, o parque é temporário e pode ser recuperado. Espera-se que, no futuro, existam mais espaços recreativos em local fixo para toda a população.

Macau é pequena, tem alta densidade populacional e falta de espaços para a prática de actividades, por isso, os residentes têm grande necessidade de parques de diversões, de espaços para actividades de lazer e de campos desportivos para crianças. Após a transferência de soberania, o Governo aumentou adequadamente os espaços para actividades, e tomou algumas medidas, por exemplo, o parque com pneus a construir e a renovação do parque infantil do Jardim Luís de Camões, mas, ainda não se conseguiu satisfazer as necessidades. Convém destacar especialmente que, com a lição do novo coronavírus, a consciência dos cidadãos sobre a higiene ambiental e a prática de exercício físico aumentou significativamente, por isso depositam grandes expectativas na melhoria dos espaços para actividades e desporto. Assim, quanto à construção de uma “Cidade propícia para habitar”, o Governo deve, em primeiro lugar, aumentar os espaços para actividades nas diversas zonas. Neste momento, já há planos para parte dos terrenos desaproveitados, mas, a maioria ainda não tem finalidade definida. A sociedade deposita grandes expectativas nos terrenos recuperados e nos dos novos aterros. No pressuposto de assegurar a oferta de habitação pública, desejam também ver concretizar a definição dos planos para a criação de espaços de lazer.

O desequilíbrio da distribuição dos espaços de lazer, a insuficiência de espaços para actividades comunitárias para os moradores dos bairros antigos, e a degradação e envelhecimento de algumas instalações de lazer afectam a sua utilização. Espero que, aquando da renovação urbana, as autoridades reservem mais espaços para uso público e revejam e actualizem as instalações existentes, de modo a satisfazer as necessidades dos residentes. Além disso, devem acabar rapidamente o planeamento urbano, definir a finalidade dos terrenos recuperados em várias zonas, aumentar o espaço para as actividades dos residentes, construir uma cidade habitável, e incentivar o desporto para todos e a participação da população no desporto, de modo a melhorar a qualidade de vida dos residentes de Macau.

2020-08-20 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

"O crónico problema com a Diversificação Económica de Macau (DEM)"

Antes de mais e de acordo com as informações divulgadas no dia 18 do corrente pelos SMG, muitos cidadãos "dormiram descansados" por terem sido informados da suposta vinda de uma "tempestade tropical" com possibilidades "moderadas" de T8. Contudo foram acordados de madrugada sobressaltados com um Tufão violento, fortíssimas rajadas ruidoras, vidros de carros quebrados por janelas "voadoras" árvores caídas e ambulâncias a funcionar pela noite fora.

Enfim, é preciso muita paciência para aturar tanta incompetência na divulgação de informação meteorológica numa cidade que o Governo quer que seja inteligente.

Nos últimos vinte anos, os responsáveis máximos pelas actividades económicas estiveram praticamente "deitados à sombra da bananeira" governando em "piloto automático" à custa dos vistos individuais que encheram de "dinheiro" os cofres públicos.

Se isto não bastasse, foram esbanjados "fortunas do erário público" em obras "megalómanas" autênticos "elefantes brancos" uma "dor de cabeça" ao actual Chefe do Executivo para controlar os elevados custos com gestão e manutenção e que ninguém no sector privado está interessado em desenvolver a não ser por via de subsidiação como está a acontecer com a exploração dos autocarros.

O despesismo, a opacidade na aquisição de bens e serviços, a viciação nos cadernos de encargos nos concursos das empreitadas e construções públicas, os gastos supérfluos (10 mil milhões de patacas em estudos e relatórios gastos nos

últimos 5 anos na maioria sem publicitação). São problemas que o CE terá de lidar com "firmeza" custe o que custar.

A época das "vacas gordas" é hoje uma "miragem" face ao surgimento do Covid-19.

Recordamos, que ao longo dos vinte anos foram tantos, os constantes apelos à necessidade de apoiar e elevar a capacidade técnica na diversificação da nossa indústria de produção de bens de consumo (fabricação) e posteriormente diversificar efectivamente as actividades económicas da RAEM.

Nestes vinte anos e através de dezenas de fundos públicos foram injectadas somas astronómicas em actividades de natureza diversa sem resultados satisfatórios em relação à continua dependência do dinheiro dos contribuintes.

Para melhorar o actual modelo de actividades económicas quase totalmente dependente dos "vistos individuais" e da "indústria dos casinos", a RAEM terá de aumentar a sua competitividade em matéria de recursos humanos, seleccionar criteriosamente os apoios a conceder às PME que dêem garantias de médio prazo podem ser autossubsistentes, combater a concorrência desleal entre as associações e as PME em diversas actividades económicas, desburocratizar e agilizar a máquina administrativa para ajudar os cidadãos a resolver os seus problemas.

Muitos Obrigado!

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 20 de Agosto de 2020.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 20.08.2020

Cooperação profunda na construção civil entre Zhuhai e Macau, em prol da diversificação

O novo edifício do Posto Fronteiriço de Hengqin abriu em 18 de Agosto, o que constitui uma oportunidade para o Governo fazer bom uso do apoio e das políticas de benefício do País, no sentido de reforçar a cooperação com Guangdong e Zhuhai, em prol dum futuro melhor para os dois lados.

A Zona Nova de Hengqin, em Zhuhai, é ideal para construir a zona-piloto de cooperação aprofundada entre Guangdong-Hong Kong-Macau, pois o potencial é grande, as obras são frequentes, e mais importante ainda, o papel da zona foi definido para servir o desenvolvimento adequadamente diversificado da economia de Macau.

As Linhas Gerais do Desenvolvimento da Grande Baía exigem alargar o âmbito do reconhecimento mútuo das qualificações profissionais entre o Interior da China, Hong Kong e Macau, com vista a facilitar o exercício profissional transfronteiriço dos trabalhadores dos 3 locais. 16 empresas e 71 profissionais de Macau já estão inscritos na Zona Nova de Hengqin, e obtiveram o certificado de reconhecimento do Departamento de Construção e Protecção Ambiental de Hengqin.

A construção da Grande Baía e a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” são rumos do desenvolvimento para as pessoas de Macau, especialmente para os jovens. Macau necessita de apoiar o sector da construção civil no desenvolvimento desta Baía, para criar um sector local altamente especializado e eficiente.

De facto, a promoção da reforma e inovação do sector da construção civil é uma tarefa premente. Para o futuro desenvolvimento sustentável de Macau, para além de ajustar a estrutura económica, há que prestar apoio adequado ao desenvolvimento diversificado dos sectores e promover a reforma e inovação do sector da construção civil. Face à epidemia que assolou todo o mundo, o desenvolvimento da economia passou a ser o trabalho mais urgente nesta fase. A recuperação da economia de Macau depende dos sectores do jogo e do turismo, para impulsionar a retoma da economia, e a diversificação adequada das indústrias e o apoio ao sector da construção civil são estratégias importantes para promover o desenvolvimento económico.

Para articular a cooperação aprofundada e o desenvolvimento diversificado da indústria da construção entre Zhuhai e Macau, vou fazer uma avaliação sobre os seguintes 4 aspectos:

1. Espaço para desenvolvimento: Macau, como microeconomia, tem de fazer

uso de forças externas para abrir um espaço amplo e prosseguir o desenvolvimento em várias vertentes. Assim, temos de aproveitar a oportunidade da integração na Grande Baía, em particular, através da cooperação profunda com a Nova Zona de Hengqin, do alargamento de espaços para o desenvolvimento conjunto, de ligações de transporte internas e externas para estabelecimento de um centro modal de transportes, para construir e gerir conjuntamente instalações públicas, promover conjuntamente o desenvolvimento diversificado das indústrias, e facilitar a comunicação e o aproveitamento de recursos entre Governos, empresas, indústrias e população dos dois locais, e alcançar os múltiplos benefícios da construção conjunta, utilização comum e gestão conjunta;

2. Inovação tecnológica: a aplicação de novas tecnologias de construção e a utilização de peças pré-fabricadas contribuem para reduzir significativamente a duração da construção, reduzir os custos, ser mais amigo do ambiente, melhorar a qualidade e a segurança da construção, bem como partilhar os resultados económicos através da construção conjunta de bases de produção de peças pré-fabricadas em ambos os locais. No processo de planeamento, concepção, aquisição, construção, gestão e entrega de projectos, exige-se que seja dada prioridade à gestão electrónica e digital de informações de construção, para aumentar a eficiência e competitividade da entrega de projectos;

3. Formação de talentos: o factor mais importante para o desenvolvimento sustentável é a captação de novo sangue e a criação de melhores condições para atrair a entrada dos jovens nos sectores, com vista à dinamização das indústrias. Há que definir cursos práticos de técnicas de engenharia e credenciação técnica, de acordo com as necessidades do desenvolvimento de Macau, para que as novas gerações possam ter meios para aprender as técnicas, proceder à respectiva inscrição e credenciação para o desempenho de funções com o cartão profissional. Há que concretizar a cooperação com outras cidades da Grande Baía, como Zhuhai, para que os técnicos possam aplicar os seus conhecimentos em lugar devido, serem contratados pelas empresas no desempenho de funções importantes e respeitados pela sociedade;

4. Ao mesmo tempo, a Associação do Sector da Construção de Macau, que está em fase de criação, pode desempenhar o papel de plataforma ideal para a inovação do sector da construção local, a união de forças das diversas partes e do Governo, o aproveitamento ao máximo dos recursos limitados de Macau, a maximização dos seus efeitos, e o impulsionamento do reconhecimento na Grande Baía da qualificação profissional de engenharia obtida em Macau. A implementação das políticas deve quebrar os obstáculos existentes nos mecanismos e a promoção da mobilidade quer de recursos quer de talentos na Grande Baía contribuirá para o desenvolvimento, a integração e a circulação de recursos na Grande Baía, favorecendo ainda o impulsionamento da integração aprofundada dos sistemas de Guangdong, Hong Kong e Macau.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 20.08.2020

Recentemente, o posto fronteiriço da Ponte Flor de Lótus finalizou a sua missão histórica e, a seguir, entrou em funcionamento o de Hengqin, simbolizando com isso a cooperação entre Guangdong e Macau, o desenvolvimento em conjunto de Hengqin e um grande passo para o projecto da Grande Baía. No posto fronteiriço de Hengqin, foi adoptado o novo modelo de “inspecção fronteiriça integral”, encurtando significativamente o tempo de passagem e facilitando a circulação de pessoas. Neste posto já estão reservadas mais 48 passagens automáticas para facilitar a passagem alfandegária no futuro e, com o funcionamento da estação ferroviária interurbana de Zhuhai e a extensão do metro ligeiro de Macau ao novo posto fronteiriço, espera-se que mais residentes e turistas optem por utilizar este posto, esperando com isso divergir o fluxo de pessoas. Esse posto também vai contribuir para atrair os residentes de Macau a trabalharem, a investirem e a viverem em Hengqin, promovendo o desenvolvimento conjunto de Hengqin por Macau e Zhuhai, e o desenvolvimento global da Grande Baía. Mas, segundo alguns residentes, não há lugares de estacionamento junto do posto fronteiriço do lado de Macau, portanto, os residentes só podem estacionar os seus veículos no Auto-Silo da Estrada Flor de Lótus e depois utilizar os transportes públicos. Só os transportes públicos e os veículos transfronteiriços podem chegar ao posto fronteiriço de Hengqin pela Ponte Flor de Lótus, isto é, os outros veículos não podem ir buscar os passageiros, e isso causa inconveniências. Assim, espera-se que, no futuro, através da optimização das vias rodoviárias e o melhoramento das zonas de paragem de veículos, haja condições para as pessoas irem nos seus veículos até ao posto de Hengqin, podendo aí estacionar, aproveitando e melhorando as vantagens da sua utilização e aumentando o número de utentes, para promover uma maior integração entre Zhuhai e Macau, e o desenvolvimento da Grande Baía.

Com a atenuação da epidemia, o fluxo de pessoas entre Guangdong e Macau voltou gradualmente ao normal. Os Governos de Zhuhai e de Macau adoptaram certas medidas administrativas para desviar o tráfego e os fluxos de passageiros, mas os postos fronteiriços nas Portas do Cerco e em Gongbei mantêm-se a primeira escolha para a passagem alfandegária de residentes e visitantes. As multidões surgem sempre durante as horas de ponta, o que aumenta o tempo da passagem alfandegária e os riscos em termos de prevenção da epidemia. As autoridades devem desviar os visitantes para outros postos, evitando que o trânsito nas Portas do Cerco e na Zona Norte fique paralisado. Com a retoma das operações, hoje, entre os terminais marítimos da Ilha da Lapa e do Porto Interior, e a inauguração do Novo Acesso Fronteiriço Guangdong-Macau (Posto Fronteiriço Qingmao) no próximo ano, vários postos entre Macau e

(Tradução)

Zhuhai podem contribuir para desviar os utentes. Espero que os dois Governos continuem a trabalhar de perto e introduzam incentivos ou medidas administrativas para induzir os visitantes e o sector do turismo a utilizar diferentes postos fronteiriços, para aliviar a pressão, em termos de passagem alfandegária e de trânsito, do posto fronteiriço das Portas do Cerco. Isto aumentará o ritmo da passagem alfandegária e será mais conveniente para a circulação entre os dois locais, o que beneficia a normalização do trabalho de prevenção da epidemia.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 20.08.2020

Continuar a fazer bem a prevenção para ganhar a luta contra a epidemia

Passaram-se 7 meses, e a epidemia de Covid-19 continua. Nesta guerra, Macau conseguiu bons resultados, pois não houve mortes, nem surtos nos bairros comunitários, nem sequer infecções de profissionais de saúde, graças às medidas eficazes e atempadas do Governo, e ao apoio e colaboração da população. Contudo, o combate e a prevenção da epidemia já duram há muito tempo e os residentes estão cansados, e como não há casos locais há mais de 140 dias, muitos residentes relaxaram, entendendo que já não há mais riscos; houve até um residente que não usou máscara no autocarro e, mesmo depois do alerta do motorista, recusou-se a colaborar, originando um conflito. Ora, isto afecta as deslocações da população e não favorece o combate e a prevenção da epidemia.

Tendo em conta o desenvolvimento da epidemia, para garantir a saúde e a segurança dos motoristas e passageiros, a Direcção dos Assuntos de Tráfego (DSAT) anunciou que a partir das 12:00 horas do dia 3 de Fevereiro, todos os passageiros passaram a ter de usar máscara nos autocarros públicos, caso contrário, os motoristas podem recusar-lhes a entrada. Na fase inicial da epidemia, a consciência da população era mais forte em relação ao combate e à prevenção da epidemia e ao uso de máscara nos transportes públicos. Entretanto, com o controlo eficaz da epidemia, especialmente o facto de não haver casos locais há muito tempo, essa consciência foi enfraquecendo, e as medidas de protecção individual não estão a ser devidamente cumpridas, aumentando assim o risco de propagação da epidemia.

Devido ao abrandamento da epidemia, muitos países europeus e americanos baixaram a guarda, por isso, voltaram a surgir muitos casos, e os governos de diversos países tiveram de impor o “uso obrigatório de máscara”. Segundo a imprensa britânica, até Julho deste ano, passou a ser obrigatório o uso de máscara em mais de 120 regiões do mundo, e em algumas delas a recusa é punida com pena de prisão. A experiência dos outros deve ser uma lição! Os resultados na luta contra a epidemia em Macau não foram fáceis de alcançar, e a luta ainda não acabou, por isso, os cidadãos devem continuar a persistir. Antes de haver uma vacina segura contra a COVID-19, a prevenção e o controlo são a normalidade, por isso, os cidadãos devem aprender e adaptar-se a este “novo estilo de vida”, devem continuar a usar máscara, lavar frequentemente as mãos, optar por locais ventilados e manter a distância social, entre outros hábitos de higiene e estilo de vida. A população pode achar que as medidas de prevenção são, de algum modo, incómodas, no entanto, esses “pequenos incómodos” podem ser trocados por “uma grande segurança”.

Com a reactivação dos vistos individuais para os residentes do Interior da China, sobretudo após a sua plena retoma em 23 de Setembro, a prevenção e o controlo da epidemia em Macau vão enfrentar novos desafios e pressões. Tal

(Tradução)

como salientou o Chefe do Executivo, o último quilómetro começou mesmo agora. Assim, apelo à população para continuar a manter a consciência de combate à epidemia e a cumprir, com seriedade, as respectivas medidas e exigências, relembrando sempre o apelo do Governo: assumir a prevenção como um acto permanente, não relaxar, lavar as mãos e usar máscara, manter o distanciamento e evitar concentrações, para não desperdiçar os esforços envidados.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 20.08.2020

As novas leis da habitação económica e da habitação social entraram em vigor nos dias 18 e 20 deste mês, respectivamente. Nestas, há alterações nas condições de candidatura e na forma de atribuição de habitação pública. O Governo pretende, através da reforma do regime de habitação pública, aproveitar bem os recursos sociais limitados, simplificar os procedimentos administrativos, evitar que seja um investimento e apoiar os residentes na resolução dos problemas habitacionais. A meu ver, as políticas de habitação pública devem ser aperfeiçoadas em termos de regime e também devido à pouca oferta e à demora no processo de construção, levando a procura a ser maior do que a oferta. Assim, o ponto-chave é assegurar uma oferta estável de habitação pública. Com a concretização dos novos aterros urbanos e a retoma dos terrenos desaproveitados, o Governo dispõe de uma grande quantidade de terrenos disponíveis para aproveitamento. As autoridades devem acelerar a construção contínua das habitações económicas e lutar pela admissão regular de candidaturas e, tendo em conta o desenvolvimento familiar, alargar a área das habitações económicas e elevar a qualidade da concepção e dos materiais. Por outro lado, há que acelerar a concretização da habitação para a classe sanduíche, dos apartamentos para idosos e do projecto Novo Bairro de Macau, para satisfazer as necessidades habitacionais dos residentes das mais diversas camadas sociais.

Quanto à habitação social, inicia-se, hoje, a abertura de candidatura regular. O novo regime optimizou o processo de selecção, assim, os cidadãos já não têm de esperar pela abertura irregular de concursos. Quanto à atribuição de habitação, há cerca de 2600 agregados familiares em lista de espera. Segundo o Governo, estes podem ter habitação dentro de cerca de 4 anos. Prevê-se que os novos candidatos esperem ainda alguns anos, e acredita-se que muitos agregados vão ter ainda de suportar rendas elevadas. Assim, as autoridades devem acelerar o ritmo de tratamento desses assuntos e permitir que as candidaturas ao “Plano Provisório de Atribuição de Abono de Residência a Agregados Familiares da Lista de Candidatos a Habitação Social” passem a ser regulares, para aliviar a pressão decorrente das rendas. Por outro lado, o IH tem actualmente 241 fracções que podem ser atribuídas e 700, que aguardam reparação. Apelo às autoridades para acelerar os trabalhos de selecção e reparação, e garantir que as habitações sociais na Rua Central de T'oi Sán, na segunda fase de Mong Há e no terreno onde estava a Central Térmica sejam concluídas no prazo previsto, para os agregados familiares poderem ter, quanto antes, uma habitação.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 20.08.2020

Preservar a fábrica de gaze da Taipa e os marcos valiosos no desenvolvimento da modernização de Macau

Na sexta passada, o IAM divulgou, repentinamente, que ia aproveitar quatro lotes conexos entre eles, no Centro da Taipa, para criar um jardim provisório com pneus, com 19 mil m². Segundo informações, nesses lotes há uma fábrica que é conhecida por “fábrica de gaze”. Tenho algumas dúvidas sobre este plano. Primeiro, segundo dados, esta fábrica de gaze era da antiga Têxteis (Macau), Limitada, tem 6300 m², e foi inaugurada em 1967. Na altura, era a maior fábrica de vestuário de Macau, e a sua inauguração simbolizou o início da modernização da Taipa. Mais, esta fábrica também teve um contributo significativo para a construção da primeira ponte marítima de Macau. A estrutura do terraço desta fábrica e as suas clarabóias serrateis, típicas das construções industriais tradicionais, são exemplares raros que se encontram em Macau. Por isso, esta fábrica é um monumento industrial importante de Macau, que é de interesse preservar. Contudo, parece que o Governo não pondera preservar esta fábrica no referido jardim provisório de pneus, pois grande parte dela já está demolida. Reparem: será que vale mesmo a pena fazer desaparecer este monumento industrial, que é raro e tem interesse histórico e ao nível da construção civil, para construir um jardim provisório? Por isso, espero que as autoridades preservem a fábrica de gaze da Taipa. Segundo, a fábrica e o jardim temático de “pneus” têm em comum um forte matiz industrial, portanto, a sua coexistência é possível. Com as devidas obras de consolidação e reparação, haverá muitas soluções para revitalizar e reaproveitar a fábrica, o que, para além de a preservar, pode criar mais um ponto de visita e contribuir para os cidadãos aprofundarem os conhecimentos sobre o desenvolvimento da modernização da Taipa, portanto, trata-se duma solução bastante vantajosa para a sociedade.

O Governo deve ainda divulgar mais informações sobre este parque provisório, por exemplo, por quanto tempo é que vai ser “provisório”? Que mecanismos e meios técnicos tem o Governo para evitar a libertação, pelos pneus abandonados, de substâncias tóxicas que prejudiquem a saúde da população? Como é que vai fazer bem a respectiva prevenção, para dissipar as preocupações dos cidadãos? Há quem entenda que já existe na Taipa o Parque Central, que é grande, portanto, se for mesmo necessário construir um outro, será que se pode aproveitar parte do terreno para servir de parque de estacionamento, áreas verdes ou outras instalações complementares para facilitar a vida dos residentes, para que este parque tenha funções diferentes das do Parque Central?

Para além do parque de pneus, o Governo deve também, através da discussão sobre a conservação da fábrica de gaze, dar importância ao valor das construções modernas e das instalações industriais, para quando, no futuro, surgirem casos semelhantes, poder haver soluções melhores. Como salientei no passado, as construções modernas e contemporâneas serão um dia testemunho

da história e um marco do desenvolvimento de Macau. Se não as mantivermos porque a história não é longa, porque o estilo não está em conformidade com as exigências, então, inevitavelmente, haverá rupturas na conservação da história. O Centro Histórico de Macau passou a património cultural mundial, mas, na realidade, apenas se preservaram os edifícios históricos desde os primeiros anos da abertura da cidade até ao início do século XX, mas a história de Macau não se fica por aqui. À medida que o desenvolvimento da cidade continua a avançar, o património e a memória histórica que acumulamos devem também crescer cada dia que passa, para que possamos dizer às gerações futuras como cada geração de pessoas de Macau construiu a cidade e que mudanças significativas a cidade tem sofrido. Caso contrário, receia-se que a nossa compreensão da história seja estreita e unilateral. Por isso, espero que o Governo, quando as condições o permitirem, verifique todos os tipos de arquitectura contemporânea de Macau, a fim de, futuramente, se poder dar início a um processo de crítica literária, ou antes de se iniciar uma obra que possa demolir potenciais relíquias culturais ou construir instalações públicas, se possa, pelo menos, negociar uma solução que permita a coexistência deste tipo de património latente.

A história da humanidade avança passo a passo. Os nossos passos de hoje parecem normais, sobreviverão se não forem arrebatados pelas ondas, e amanhã poderão ser uma pegada muito valiosa. As Ruínas de S. Paulo, após três incêndios, não se extinguiram, o que faz com que nos lembremos que Macau é uma cidade de Deus; no Templo de A-Má também aconteceu um incêndio, mas a estátua de A-Má não sofreu qualquer dano, o que nos recorda que Macau é também uma cidade costeira e crente de A-Má. No entanto, Macau ainda tem uma história muito mais rica, que merece o nosso controlo, para não a destruir nem a reconstruir precipitadamente, mas sim para a conservar cuidadosamente. A arquitectura contemporânea irá recordar-nos de que as pegadas dos séculos XX e XXI estão a ser preservados, por isso, podemos remontar ao caminho que percorremos, e deixar testemunhos mais autênticos para a nossa história.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 20.08.2020

Estabelecer mecanismos de fiscalização no novo contrato para assegurar que os serviços de autocarros respondam às necessidades da população

Na semana passada, o Governo revelou que vai ser assinado, em breve, um novo contrato com as duas empresas de autocarros e apresentou à Assembleia Legislativa (AL) a duração dos contratos, apoios financeiros, exploração de outras actividades, concessão de terrenos e requisitos para a substituição por veículos ecológicos. Mas não divulgou os pormenores do contrato de forma exaustiva. A sociedade preocupa-se muito com a possibilidade de o novo contrato resolver a dificuldade de apanhar autocarro nas horas de ponta, e espera um mecanismo eficaz de fiscalização, para assegurar que a qualidade dos serviços de autocarros dá resposta às necessidades dos cidadãos, evitando que as duas empresas reduzam o número de autocarros para baixar os custos, diminuir os serviços e influenciar as remunerações e regalias dos trabalhadores. Quanto à acumulação de outras actividades por parte das companhias de autocarros e à concessão de terrenos, espera-se que possam ser devidamente regulamentadas.

Para promover a concretização da política de primazia dos transportes públicos, o Governo tem subsidiado com o erário público, mantendo as tarifas baixas, a fim de atrair os cidadãos a utilizá-los; e a promoção do aumento das condições de contratação de pessoal e a optimização dos equipamentos de autocarros por parte das companhias contribuem para melhorar e estabilizar os serviços de autocarros. Com a celebração do novo contrato em breve, a sociedade espera que este possa resolver os problemas existentes e responder às necessidades da população, em especial na dificuldade de apanhar autocarros nas horas de ponta, nos locais com mais passageiros e a partir do meio do itinerário de circulação. Espera-se que haja condições para, nas horas de ponta, haver maior flexibilidade no ajustamento da frequência das carreiras e no lançamento de autocarros especiais, e aumentar itinerários ponto a ponto ou carreiras para quem as apanha a partir do meio do itinerário de circulação, tornando, assim, os autocarros mais eficientes.

No novo contrato, o Governo vai alterar a forma de cálculo da assistência financeira e fixar um “limite máximo” para esse montante, assim, a população está preocupada com a possibilidade de as operadoras reduzirem alguns serviços para assegurar a relação custo-benefício. O contrato deve assegurar as frequências básicas, e o Governo deve assumir o papel orientador no planeamento das carreiras, aumentando a cobertura de serviços para mais grupos e zonas, sem a redução dos itinerários ou das frequências devido a número limitado de passageiros; também é necessário recorrer à avaliação dos serviços para articular o tempo de espera e a experiência de utilização dos autocarros, optimizando as frequências, de forma contínua, para assegurar a qualidade dos serviços.

No âmbito do novo contrato, as companhias de autocarros podem pedir ao Governo o aumento da assistência financeira após três anos, e também o aumento das tarifas todos os anos. Embora o Governo tenha poder de apreciação e autorização, a sociedade não sabe quais são os respectivos critérios. O Governo deve assegurar a fiscalização rigorosa, ponderando a capacidade financeira da população e a política geral de transportes públicos, a fim de evitar o ajustamento frequente e o aumento irrazoável das tarifas.

Mais, o Governo afirmou que as duas empresas de autocarros têm de obter a autorização deste para explorar outras actividades lucrativas, como aluguer de veículos, publicidade, etc., e os terrenos concedidos são apenas destinados para estacionamento, reparação, abastecimento de combustíveis, etc., e estão ligados ao contrato de concessão. Mas não esclareceram sobre a fiscalização a efectuar em concreto e os eventuais efeitos dissuasores. A sociedade espera que o Governo efectue uma fiscalização eficaz e que assegure que os recursos públicos em causa não são desviados para financiar o desenvolvimento de actividades privadas dessas empresas.

Quanto às garantias dos trabalhadores, ao longo dos anos tem-se defendido a política de não contratação de motoristas não residentes. Nos últimos anos, as condições salariais dos motoristas melhoraram, daí ser atractivo para alguns o ingresso neste sector, e não faltam jovens. Mas, para além do aumento das regalias, o aperfeiçoamento da distribuição de tarefas, a melhoria das condições de trabalho e o reforço da formação são também factores muito importantes para criar uma equipa de recursos humanos estáveis e qualificados. No contrato, deve também haver exigências ao nível da protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 20.08.2020 **Rever e aperfeiçoar a comparticipação nos cuidados de saúde**

Com a Covid-19, o Governo vai continuar o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde, a par da prevenção e combate, atribuindo por via electrónica a comparticipação de 600 patacas por beneficiário, com validade de 2 anos. A continuação do programa espelha o princípio de “ter por base a população” bem como atenção e apoio aos residentes nesta pandemia. A forma electrónica, adoptada nos últimos 2 anos, facilita a vida dos utilizadores e reforça a fiscalização do Governo, tornando o programa mais eficaz.

Lançado em 2009, o programa visa subsidiar as despesas médicas dos residentes, promover um sistema de medicina familiar, sensibilizar os residentes para a protecção da saúde, apoiar o desenvolvimento do sector privado da saúde, e potenciar os recursos comunitários da área da saúde. O programa tem sido bem aceite e reconhecido pela sociedade. Porém, tem havido denúncias e participações de irregularidades. Alguns jovens médicos, em particular, afastaram-se da deontologia para ganhar dinheiro rápido, acabando por arruinar a sua carreira profissional, o que é mesmo lamentável. É verdade que o programa pretende apoiar o sector médico, mas agravou a concorrência e mesmo a concorrência desleal, pois muitos médicos abandonaram os hospitais para trabalhar em consultórios privados, o que não é benéfico para o desenvolvimento do sector. Mais, alguns idosos com mais de 65 anos cometeram irregularidades, porque têm os cuidados de saúde gratuitos, e usam menos os vales de saúde do que as pessoas doutras faixas etárias. Estas situações revelam que o programa ainda tem muitos problemas profundos. O sector e a sociedade esperam que o Governo continue a aperfeiçoar o programa, criando medidas permanentes para responder às solicitações imediatas da população, para garantir a plena protecção nos cuidados de saúde, e para que a população seja efectivamente beneficiada.

Assim, proponho o seguinte:

1. Reforçar as acções de divulgação, orientando o sector para o desenvolvimento saudável

Como os vales de saúde têm de ser utilizados dentro do prazo previsto no programa, alguns jovens médicos pretendem aproveitar a oportunidade para “ganhar dinheiro rápido”, o que não favorece o desenvolvimento saudável do sector. Assim, os serviços competentes devem reforçar a comunicação com o sector e as acções de divulgação, orientando o desenvolvimento dos jovens médicos e promovendo o desenvolvimento saudável do sector.

2. Transformar o programa numa medida regular

O Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde é uma medida anual das LAG do Governo, mas como já é implementado há 11 anos, podemos dizer

que se trata dum programa permanente, e que não deve continuar como medida provisória. Com o apoio da reserva financeira, o Governo pode transformá-lo num programa regular, para aliviar os encargos dos residentes, nomeadamente dos indivíduos com idade entre os 10 e os 65 anos, que não usufruem de cuidados de saúde gratuitos, proporcionando aos residentes maior protecção na saúde.

3. Alargar o âmbito de utilização

Os vales de saúde não podem ser utilizados nos hospitais privados nem nas clínicas sem fins lucrativos, só nas clínicas privadas, o que é inconveniente para os residentes. A fim de facilitar a vida à população, o Governo deve permitir o seu uso nos hospitais ou clínicas privados, consoante as necessidades dos residentes. O Programa visa subsidiar as despesas dos residentes com os cuidados de saúde, contudo, estas despesas não dizem só respeito a tratamento médico, mas também à compra de produtos para manutenção da saúde e ao pagamento de prémios de seguros de saúde, portanto, sugiro ao Governo que, tendo em conta os diversos encargos e despesas dos residentes com os cuidados de saúde e com base no programa actual, aperfeiçoe o programa e alargue a sua utilização. Em termos de desenvolvimento do regime de protecção de saúde a longo prazo, há que incentivar os residentes a recorrer aos seguros de saúde para aumentar a protecção, permitindo que usem os vales de saúde na compra de seguros de saúde de natureza não-poupança, por forma a criar um melhor regime de protecção da saúde.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 20.08.2020

Residentes querem testes mais baratos e mais postos, para incentivar a economia regional

Segundo alguns residentes, o Governo tem feito um bom trabalho na prevenção da pandemia, e, ao mesmo tempo, não parou de tentar normalizar a passagem fronteiriça de pessoas e veículos, aumentar a capacidade e as vagas para o teste de ácido nucleico e baixar o preço, para responder às solicitações da população. Isto merece elogio! Face à regularização da prevenção e estabilização da situação de epidemia, com vista à retoma da economia, as restrições fronteiriças entre Zhuhai e Macau foram gradualmente levantadas, e o número de residentes, TNR e turistas que atravessam a fronteira diariamente tem vindo a aumentar, o que faz subir o número de testes. Porém, só há 3 postos de testes: Hospital Conde de São Januário, Fórum Macau e Terminal Marítimo da Taipa. Além disso, a marcação do teste não é muito fácil, é preciso marcar com 1 dia de antecedência, e muitas vezes não se consegue a hora pretendida. Em Zhuhai, segundo informações, há 10 instituições que fazem a recolha e análise, e um total de 23 postos, e os residentes podem fazer o teste sem marcação, no posto mais perto de si.

Assim, alguns residentes pediram para eu perguntar ao Governo o seguinte: vão ser criados mais postos para facilitar a vida da população? O Governo deve aprender com as regiões vizinhas, e adjudicar o teste a instituições privadas, para aumentar a capacidade. Mais, com a regularização da prevenção e o aumento dos testes, o Governo deve baixar o preço. Assim, a população pode apoiar e colaborar com o Governo, no sentido de prevenir a pandemia e revitalizar a economia regional. Vai fazê-lo?

IAOD do Deputado Zheng Anting em 20.08.2020

Para além da influência do novo coronavírus na economia de Macau, a desaceleração da economia mundial é um grande desafio para os sectores do jogo e do turismo de Macau. Em meio ano e tal, ou seja, no decurso da luta contra a epidemia, o Governo da RAEM, para assegurar o emprego, estabilizar a economia e assegurar a qualidade de vida da população, lançou um conjunto de medidas para aumentar a procura interna, prestando apoio económico às PME e aos trabalhadores, e, ao mesmo tempo, foram distribuídos aos residentes de Macau vales de consumo no valor de 8 mil patacas. Através do limite do valor e do limite temporal, e a imposição de uso em Macau, estimulou os residentes a consumirem, estabilizou o mercado de consumo local, aumentou a confiança no consumo, aliviou a pressão inflacionista, e garantiu, em certa medida, o emprego dos residentes. A maioria reagiu positivamente às medidas tomadas pelo Governo na utilização dos “vales” para o consumo, o que revela a inteligência e responsabilidade do Governo quanto à boa aplicação do erário público. Como a epidemia durou mais de meio ano e as receitas dos residentes foram gravemente afectadas, o período de recuperação da economia de Macau ainda não está claro, e vários cidadãos estão preocupados com o facto de a economia do próximo ano não ser nada optimista. Espera-se que o Governo pondere, no próximo ano, a atribuição de vales, para promover o consumo e estimular a procura interna, aliviando os efeitos negativos trazidos pela epidemia.

O Governo lançou medidas para ajudar as empresas a ultrapassarem o período de exploração mais difícil. A política de visto individual está a ser retomada gradualmente, e a economia de Macau poderá recuperar. Mas a situação instável do surto epidémico nas regiões vizinhas pode afectar a vontade dos turistas em visitar Macau, e alterar provavelmente o modelo de consumo. Assim, ainda é necessário algum tempo para se ver a retoma da economia. O Governo afirmou que, pelo facto de a economia deste ano e do próximo não ser optimista, vai aumentar o investimento em infra-estruturas, para resolver eventuais problemas de emprego e manter a resiliência, e a força motriz da economia. Na minha opinião, após mais de metade deste ano, a situação epidémica está a abrandar, por isso, o Governo deve acelerar o desenvolvimento das infra-estruturas relacionadas com a vida da população. Estas podem aumentar as oportunidades de emprego e reduzir a taxa de desemprego, e também promover o desenvolvimento das indústrias de materiais de construção, equipamentos mecânicos, energia, transportes, telecomunicações, equipamentos electrónicos, etc. Mais, podem ainda dinamizar, eficazmente, as indústrias a montante e a jusante de muitas áreas relacionadas com as infra-estruturas, dinamizando toda a cadeia industrial, o que contribuirá para a recuperação e revitalização da economia de Macau.

O impacto do surto revelou as deficiências da estrutura económica de Macau, dependente de um sector apenas e pouco diversificada. O Governo, para além de aumentar a procura interna, e de restaurar e estabilizar a economia, deve ainda

aproveitar as oportunidades de desenvolvimento da cooperação da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, e promover ainda mais a cooperação entre Guangdong e Macau. Deve, nomeadamente, aproveitar as oportunidades de cooperação com Hengqin para criar condições para o desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau, e facilitar ainda mais a entrada de veículos de Macau com matrícula única na Ilha de Hengqin, atraindo mais residentes de Macau para o desenvolvimento desta ilha, para benefício mútuo. Assim, deve-se promover a diversificação adequada da economia, envidando todos os esforços para proteger a base económica e a tendência de desenvolvimento da RAEM, que não foi fácil de conseguir.

IAOD do Deputado Au Kam San em 20.08.2020

As autoridades devem envidar todos os esforços na construção de habitação económica

Com a revisão da Lei da habitação económica, o Governo introduziu várias medidas picantes, por exemplo, a alteração da idade de 18 para 23 anos para as candidaturas individuais, a alteração de 5 para 10 anos do prazo em que não é permitido ser proprietário à data da apresentação da candidatura, a limitação de todos os elementos do agregado familiar candidato terem de residir, pelo menos 183 dias por ano, na habitação económica durante dez anos, e a venda da habitação económica pelo preço inicial ao IH, ou seja, a habitação económica é sempre habitação pública, mas, na realidade, o que está em causa é reprimir a entrada das habitações económicas no mercado privado, porém, os compradores dessas habitações não conseguem progredir na carreira, mesmo que as condições económicas das suas famílias melhorem, devido ao preço demasiado baixo da revenda das fracções. Foi também alterado o regime de graduação e sorteio para ordenação por pontuação e insistiu-se na eliminação da lista de espera, a fim de demonstrar que é preciso ter sorte para se conseguir uma habitação económica, reflectindo a política absurda de “a habitação social assumir um papel principal e a económica um papel secundário” (os candidatos qualificados da habitação social têm a garantia de ter casa mais cedo ou mais tarde, mas os da habitação económica só podem contar com a sorte, e se não a tiverem, nunca vão conseguir). Tudo isto tem como objectivo principal diminuir a procura, para aliviar a pressão do Governo, no entanto, os efeitos são nenhuns, pois a procura de habitação económica não vai diminuir.

Uma das razões principais é o preço das habitações privadas, que é tão alto que o residente comum não consegue comprá-las. O problema da habitação é comum na sociedade de Macau. 70% da população vivem em casa própria, mas muitas vezes esta casa própria é adquirida pelos esforços de anos das gerações ascendentes. Quando os filhos são maiores e querem constituir família, têm de enfrentar o problema da necessidade de se ter morada independente. Há que referir que em Macau as habitações são, na sua maioria, adequadas para uma família nuclear. Se, depois da constituição de família, os filhos forem forçados a viver numa mesma habitação, isto é, duas ou três famílias nucleares a coabitar numa mesma fracção, os problemas daí resultantes, tais como pouco espaço, insuficiência de *hardware*, discussões, vão originar diversos conflitos familiares. Por isso, o facto de os filhos quererem viver sozinhos depois de constituírem família não é porque são irrealistas ou porque querem gozar a vida, mas sim por causa do tipo de casas. Precisamente por causa disto é que é inevitável a pressão das necessidades habitacionais resultante do crescimento dos filhos, ainda que 70% das famílias de Macau vivam em casa própria. E apesar de 70% terem casa própria, cerca de 30% não têm e precisam de ter uma. E o actual preço das habitações privadas não é nada acessível para uma família com

rendimentos normais. Na década de 80, começou a oferta de habitação económica em Macau. Na altura, o Governo português disponibilizava habitações económicas aos residentes, e uma das principais razões era por estar ciente de que os rendimentos das famílias não acompanhavam a subida em flecha dos preços dos imóveis, o que dificultava a aquisição de habitação, por isso, teve de disponibilizar habitações económicas para ajudar os residentes a resolverem os seus problemas com a compra de habitação. Na década de 80, a diferença entre o nível de rendimento das famílias e o preço dos imóveis era grande. Na altura, o Governo português garantiu que todos os candidatos qualificados iam ter uma habitação económica, e mesmo que essa oferta demorasse vários anos, era possível conseguir uma. Porém, o Governo da RAEM, que é tão rico como um “depósito recheado com fugas de gasolina”, está a enfrentar uma grande diferença entre os rendimentos da população e os preços dos imóveis, mas, pelo contrário, para fazer face às necessidades de habitação económica, criou várias dificuldades à população. Seja como for, o elevado preço dos imóveis no mercado privado é uma realidade, e é também verdade que inúmeras pessoas, mesmo com os seus maiores esforços, não conseguem comprar casa durante a sua vida. Por isso, mesmo que existam problemas relacionados com essas habitações e que o Governo crie, continuamente, dificuldades às pessoas que têm necessidades e estão aflitas, dificilmente tem outros meios para resolver as necessidades habitacionais a não ser a habitação económica. Pode dizer-se que, para a maioria da população de Macau, a procura por habitações económicas é verdadeira, e por mais que as autoridades reprimam essa procura, será difícil reduzi-la.

Este Governo, enquanto governo responsável, deve dar uma resposta activa para resolver os grandes problemas relacionados com a vida da população, em vez de depender de estratégias. No passado, quando não havia terrenos, esse era sempre o pretexto, hoje em dia, há terrenos, então diz-se que não se está disposto a construir. Tais pretextos são realmente ridículos. O Governo Central autorizou 350 hectares de aterros, a construir durante 10 anos, e a construção da Zona A dos Novos Aterros já dura há vários anos. Porém, as autoridades vão apenas construir 3011 habitações públicas, que vão abranger apenas algumas dezenas de milhares de candidatos, o que é absolutamente inaceitável. Exijo que o Governo encare as necessidades da população e se esforce na construção das restantes 25000 habitações públicas na Zona A dos Novos Aterros e das 6500 habitações económicas na Avenida Wai Long, a fim de satisfazer as necessidades de habitação pública dos residentes.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 20.08.2020

Ajuste do número dos trabalhadores não-residentes e concretização, de forma ordenada, da saída dos mesmos

Nas LAG para 2020, refere-se a “...*garantia de estabilidade do emprego dos residentes, acompanhando e supervisionado de perto a evolução do ambiente económico, a situação do funcionamento das empresas e a oferta e procura de mão-de-obra no mercado, ajustando, em tempo oportuno, o número e dimensão dos TNR e concretizando, de forma ordenada, a saída dos mesmos*”. Mas, antes de ver essa promessa honrada, já os residentes locais, sob o impacto da Covid-19 e da proliferação de TNR, estão a enfrentar pressões cada vez maiores, devido à manutenção em alta da taxa de desemprego e de subemprego, e, sem emprego, estão a ver os TNR a trabalharem em estaleiros de obras, facto que os leva a apresentar queixa, mesmo em situação pandémica.

Assim, muitos residentes fizeram chegar as suas opiniões aos deputados da Assembleia Legislativa (AL), achando que o Governo deve esclarecer publicamente o seguinte: para além da diminuição de TNR por extinção de empresas ou conclusão de projectos, até à data, quantos TNR o Governo tomou a iniciativa de mandar sair, ou o Governo ainda não concretizou a promessa expressa nas LAG do corrente ano sobre a saída ordenada dos mesmos?

O Governo deve definir um plano concreto e, através da concretização ordenada da saída dos TNR, complementada com medidas de apoio ao emprego, reduzir, de forma concreta, as taxas de desemprego e de subemprego dos residentes locais, face ao actual surto epidémico. Deve ainda divulgar os postos de trabalho com trabalhadores locais em excesso, os quais estão dispostos a preencher vagas que estejam disponíveis, o que pode ser importante para determinar a saída dos TNR.

Estando o emprego dos residentes locais sob pressão com o impacto da epidemia e do abuso da importação de mão-de-obra, espera-se que o Governo adopte medidas concretas para aumentar a proporção de trabalhadores locais nas empresas do jogo e assegurar prioridade aos mesmos no acesso ao emprego nas obras de grande envergadura.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 20.08.2020

O governo electrónico é um tema de grande preocupação da sociedade e, após o surto da epidemia, as suas facilidades destacaram-se mais. Os departamentos do Governo do Interior da China, durante a epidemia, têm aproveitado os serviços electrónicos para manter os seus serviços, e os residentes podem também utilizar o respectivo sistema para tratar dos serviços públicos em casa, o que é bastante conveniente. O governo electrónico é a tarefa mais importante na reforma da administração pública dos últimos anos, mas os serviços actualmente disponibilizados são muito limitados. No caso da habitação económica, o respectivo formulário está disponível na internet, mas o interessado ainda tem de ir pessoalmente aos postos de atendimento para a sua apresentação. A Lei da governação electrónica entra em vigor em Setembro deste ano, e a sociedade espera que, através desta, a eficiência e o nível dos serviços da Administração Pública possam ser elevados, para prestar serviços mais facilitados aos cidadãos.

O “Planeamento Geral do Governo Electrónico da RAEM 2015 – 2019” está finalizado, mas a concretização da simplificação administrativa em prol da população depende de uma avaliação dos serviços competentes. O Governo deve iniciar uma nova ronda de planeamento, para aperfeiçoar as insuficiências registadas no anterior, com uma calendarização para a implementação do governo electrónico. O planeamento dos serviços electrónicos deve ser uma inovação para todo o sistema da Administração Pública, mas isso implica uma cooperação com muitos serviços. Deve-se definir quem vai liderar e coordenar os trabalhos, reforçar a cooperação interdepartamental, aplicar os serviços electrónicos para elevar a eficiência administrativa, e proteger e manter a segurança das informações, o que merece a atenção das autoridades. O Governo afirmou que ia disponibilizar serviços de apoio para o tratamento de formalidades, uniformizando gradualmente os serviços electrónicos para a “conta única de acesso comum”, alargando o âmbito dos serviços a prestar, tendo em conta o grau de premência e a urgência dos cidadãos, simplificando as formalidades administrativas. Mais, deve-se aperfeiçoar as funções da plataforma da “conta única de acesso comum”, nomeadamente, as de recolha de opiniões e reclamações, e a divulgação de informações. Isso, para além de facilitar o uso, pode ainda reforçar a coordenação dos trabalhos interdepartamentais e elevar a transparência das acções governativas. Mas a actual “conta única de acesso comum” ainda é bastante inconveniente, porque os cidadãos têm de requerer o registo. Assim, para incentivar mais pessoas a utilizarem esta plataforma, sugiro que o registo possa ser feito *online*, reflectindo logo a finalidade do governo electrónico.

O pagamento electrónico é um elo indispensável da governação electrónica, mas, na cobrança das taxas de serviço público, não se consegue ainda abrir totalmente a função desse pagamento, o que não facilita realmente a vida dos residentes. O Governo deve promover que mais serviços públicos recorram ao

pagamento electrónico para alargar o seu âmbito de aplicação, construir uma plataforma de pagamento electrónico melhorada, unificada e integrada, fornecer um canal de pagamento rápido e conveniente para os serviços públicos electrónicos, promovendo o mais rápido possível o processo de pagamento electrónico dos serviços públicos, concretizando o papel pioneiro do Governo, liderando o sector, facilitando a vida aos residentes e visitantes, elevando a taxa de popularização do pagamento electrónico em Macau e contribuindo para o desenvolvimento da cidade inteligente.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 20.08.2020

É impensada a conclusão de que a oferta de professores é maior do que a procura. Há que aperfeiçoar a protecção dos seus direitos e interesses para elevar a qualidade do ensino

Há dias, a Comissão de Desenvolvimento de Talentos divulgou a Previsão da Procura e Oferta de Docentes no Ensino Não Superior (2020-2023), segundo a qual nas escolas primárias e secundárias, creches, e ensino especial, a oferta real, semi-real e potencial (nota 1) são superiores à procura real (nota 2), o que representa uma situação de saturação.

Contudo, nesse estudo, a procura real teve por base o número real de vagas declarado pelas escolas, ignorando-se os factores motivadores para os estudantes de pedagogia se dedicarem ao ensino. Por isso, é mesmo discutível a conclusão de que não faltam professores, deixando-se que os jovens percam a esperança de ser professores.

Os factores ignorados são o aumento contínuo do número de alunos no ensino não superior desde o ano lectivo 2013/2014, devido ao novo *baby boom*, que agravou a crise da falta de vagas nas escolas que, segundo a DSEJ, vai atingir o nível mais grave no ano lectivo 2020/2021. Face a isto, várias escolas, para além de procurarem acelerar a construção ou a remodelação dos edifícios, aumentaram também os alunos por turma, o que prejudica a qualidade do ensino, e se os docentes não forem suficientes, as dificuldades para os alunos do ensino especial e integrado serão maiores.

Segundo muitos docentes, após a aprovação do Quadro Geral e com a promoção das diversas reformas educativas, os docentes têm de suportar os pesados encargos com o ensino, e têm ainda de assegurar funções complexas não docentes e não lectivas; o sector da educação enfrenta um fenómeno de cansaço excessivo, sendo, até, um “epicentro do trabalho extraordinário gratuito”. Se o número de alunos por turma continuar a aumentar, o trabalho extraordinário dos docentes vai, sem dúvida, agravar-se. Por isso, a afirmação de que “a procura de docentes está saturada” não tem, evidentemente, fundamento, e o Governo tem condições para implementar políticas e medidas adequadas, para, continuamente, incentivar as escolas a contratarem, de forma razoável, mais docentes (incluindo professores de apoio ao ensino integrado), e para aperfeiçoar o rácio professor/aluno e o rácio turma/professor, com vista a elevar a qualidade global do ensino.

Muitas escolas particulares têm professores não residentes, sobretudo do Interior da China, e alguns ocupam cargos de nível médio e superior, tornando inútil o mecanismo de saída dos TNR. Na realidade, os locais podem assegurar as disciplinas e os postos ocupados pelos não residentes. O Governo chegou a contratar, nos termos da Lei n.º 12/2015, em regime de contrato individual de

trabalho, à semelhança dos “funcionários públicos não residentes”, “professores excelentes” do Interior da China, para desempenhar “funções técnicas especializadas”, e segundo dizem, após a conclusão dos “projectos de intercâmbio”, que duraram 1 a 3 anos, alguns ainda estão em Macau, a trabalhar no Governo, não se afastando, pois, a possibilidade de virem a obter a qualidade de residente no futuro. O Governo, quando chegou à conclusão de que “a procura de professores está saturada”, devia rever e reduzir o número dos professores não residentes, e observar os princípios da prioridade na contratação de trabalhadores locais e da localização do ensino, dando mais oportunidades de emprego e progressão aos talentos locais da área do ensino.

Fazendo uma mera análise do número da procura, e sem falar dos factores objectivos, por exemplo, políticas educativas e desenvolvimento social, o inquérito da Comissão de Desenvolvimento de Talentos só pode servir de referência. O Governo deve avaliar a relação entre a oferta e a procura de professores numa forma mais científica, racional, global e prospectiva, para evitar causar, entre os professores no activo e os jovens que estudam ou vão estudar pedagogia, preocupações e ansiedade com o futuro emprego, devido a uma conclusão impensada.

Os professores são, sem dúvida, activos importantes do sistema educativo, portanto, aperfeiçoar a protecção dos seus direitos e interesses reveste-se da maior relevância. Assim, o Governo deve rever, quanto antes, o Quadro Geral, para reforçar as garantias profissionais e de aposentação, resolvendo os problemas que revelei nos últimos anos, por exemplo as horas extras, a notificação de continuidade, a dedução da indemnização por despedimento das contribuições e a promoção dos professores a tempo parcial, por forma a reforçar a motivação e a estabilidade da equipa docente, contribuindo assim para aumentar a qualidade do ensino e promover o desenvolvimento educativo.

Nota 1: “Oferta real”: o número dos que estão inscritos em cursos de pedagogia; “oferta semi-real”: o número de subsidiados pelo Governo que têm de trabalhar na área do ensino, após a graduação; “oferta potencial”: o número dos que estão inscritos em cursos de áreas relevantes para o exercício de actividades pedagógicas.

Nota 2: “Procura real”: o número de vagas previsto pelas escolas, atendendo ao seu desenvolvimento.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 20.08.2020

Durante a passagem do tufão “Higos” por Macau, foram emitidos o sinal n.º 10 e o aviso vermelho de “Storm Surge”. Os Serviços Meteorológicos e Geofísicos (SMG) divulgaram informações precisas sobre o tufão; o Centro de Protecção Civil accionou com rapidez os trabalhos de coordenação para a prevenção de catástrofes; as forças de segurança executaram o plano de evacuação nas diversas zonas. O Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) destacou mais pessoal para o desentupimento contínuo dos esgotos, e a remoção dos resíduos foi feita em coordenação com a Companhia de Sistemas de Resíduos Lda. As entidades civis também cooperaram activamente, por exemplo, a CEM divulgou avisos de alerta sobre a possibilidade de corte de energia eléctrica, para os residentes se prepararem; as associações de serviços sociais responderam activamente aos apelos do Governo, participando nos trabalhos do Centro de Protecção Civil e divulgando informações sobre o tufão; as concessionárias do jogo disponibilizaram muitos lugares de estacionamento gratuito. Com o enfraquecimento do tufão, o Governo procedeu de imediato à limpeza nas diversas zonas, recuperando rapidamente a situação da cidade e do trânsito. Através da cooperação entre o Governo e a população, desenvolveu-se uma forte capacidade de resistência a catástrofes, e os resultados foram reconhecidos pela sociedade.

Depois dos tufões “Hato” e “Mangkhut”, Macau tem vindo a acumular experiência, pois o Governo, os lojistas e os cidadãos mostraram cautela ao lidar com a passagem deste tufão, e os trabalhos efectuados pelo Governo contra as inundações têm vindo a surtir algum efeito, pois apenas houve inundações relativamente graves na zona do Porto Interior, enquanto nas zonas de San Kio e de Tamagnini Barbosa não. Com a atenção disponibilizada pelo Governo e o aumento da consciência da população, o impacto causado por este tufão e os prejuízos foram bastante reduzidos.

É de salientar que, embora os trabalhos de resposta a este tufão tenham sido eficazes, com redução dos danos e prejuízos, os trabalhos de protecção civil não podem ser descurados, especialmente no Porto Interior e na zona do Patane, porque continuam a ficar inundadas quando há chuvas intensas, e os cidadãos continuam a sofrer com isso. Os cidadãos esperam que o Governo continue a proteger a segurança deles, implementando mais medidas de prevenção e redução de desastres.

1. Com a entrada em vigor do “Regime jurídico de protecção civil” no próximo dia 15, há que realizar bem a divulgação jurídica e os trabalhos preparatórios; continuar a reforçar os trabalhos de coordenação e os simulacros com os diversos serviços e organismos da protecção civil; e desenvolver melhor o mecanismo de cooperação interserviços, para responder eficazmente a catástrofes imprevistas.

2. Há que acompanhar activamente os diversos trabalhos do “Plano decenal

de prevenção e redução de desastres (2019-2028)”, especialmente a construção das instalações de protecção contra inundações e de drenagem das diversas zonas, dos muretes de protecção contra inundações, da barragem de marés, dos reservatórios de águas pluviais, etc., e divulgar o respectivo andamento; e reforçar ainda a frequência da limpeza da rede de drenagem, para reduzir os impactos causados pelas inundações.

3. Há que reforçar e diversificar os canais de divulgação das informações de protecção civil e, para além da TV, rádio e redes sociais, em relação às informações mais importantes, poder-se-á optar pela sua divulgação através de mensagens telefónicas, entre outras formas, para alargar o âmbito de emissão e recepção das informações.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 20.08.2020

Estimular a vitalidade do mercado com base na inovação da 5G

Segundo o Relatório das LAG de 2020, Macau vai reforçar o planeamento urbano e a construção de uma cidade inteligente, empenhar-se em transformar-se numa das regiões mais avançadas a nível mundial em termos de utilização de tecnologias informáticas para a concretização de “Macau Inteligente” e, reforçar a construção de infra-estruturas inteligentes da rede 5G. Que se saiba, nos próximos cinco anos, a respectiva operadora vai investir 2 mil milhões de patacas na construção das referidas infra-estruturas e na promoção comercial.

As guerras comerciais da 5G estão a ser travadas em todo o mundo e as respectivas operadoras de telecomunicações estão a trabalhar arduamente, no entanto, a maioria das pessoas ainda não conhece bem as vantagens técnicas e o cenário de aplicação da 5G. Na realidade, a 5G contribui para aumentar a qualidade das comunicações, e existe uma expressão popular entre as operadoras: “a 4G muda a vida, e a 5G muda a sociedade”. A maior diferença técnica entre ambas é que a 5G tem banda larga, baixa latência e conexão múltipla, que correspondem a diferentes tipos de cenários de aplicação.

Por exemplo, a 5G com banda larga e de conexão múltipla consegue resolver definitivamente o problema da latência da rede 4G durante as transmissões vídeo ao vivo. No futuro, através da articulação da 5G com a tecnologia VR/AR, será possível melhorar as transmissões de vídeos, como se se estivesse a assistir ao vivo.

A 5G tornou possível a medicina inteligente, concretizando as consultas e os cuidados de saúde a longa distância, especialmente durante a epidemia de Covid-19, em que todos os hospitais do país promoveram consultas e serviços de aconselhamento à distância, com especial significado na batalha de prevenção e controlo da epidemia.

A tecnologia 5G pode contribuir para resolver os problemas de trânsito e poluição do ar em Macau. Com as abundantes ligações e a baixa latência da 5G, o condutor pode aceder rapidamente a informações actualizadas sobre os lugares de estacionamento, encurtando o tempo da respectiva procura. E, ao mesmo tempo, também pode saber se há outros condutores a “disputar” o mesmo lugar. Aliás, com o cálculo da distância entre os dois veículos, o condutor que fica mais longe não precisa de dar voltas desnecessárias. Para além de ser uma solução conveniente que poupa tempo, pode também melhorar o trânsito e reduzir a poluição pelos gases de escape.

A tecnologia 5G pode fornecer ao sector financeiro de Macau um serviço móvel ainda mais inteligente, como, por exemplo, serviços financeiros à distância,

interacção via chamada de vídeo com alta definição, etc., o que contribui para elevar a experiência dos clientes. Mais, com a recolha de abundantes informações, pode-se promover os serviços financeiros extensivos, reduzir os custos, aumentar a capacidade do controlo de riscos, consolidar a estabilidade do sistema financeiro e aumentar os graus de conveniência, satisfação e segurança dos serviços financeiros.

Com vista a empenhar-se na criação duma região administrativa inovadora e inteligente com a tecnologia 5G à frente, ao nível mundial, as autoridades têm de acelerar a construção das respectivas estações de base. Podem ponderar recorrer aos espaços dalgumas propriedades e instalações públicas do Governo, tais como centros de saúde, parques de estacionamento públicos, etc. Ou até arranjar espaços nos mercados, sanitários públicos, depósitos de lixo para dar prioridade à construção das estações de base, com vista a fazer bem os trabalhos complementares para acelerar e promover a generalização da 5G.

Em segundo lugar, quanto ao uso do espectro e as tarifas do 5G, as operadoras de Macau têm de pagar uma taxa, e de acordo com o actual modelo de cobrança, os custos são muito pesados, por isso, esperam que as autoridades reforcem a comunicação com as operadoras, distribua bem o espectro e dê apoio adequado, lançando políticas de benefícios e redução das tarifas, em prol da população.

Além disso, através da 5G, os canais de acesso à informação e volume do fluxo de dados vão aumentar, o que se traduz num enorme crescimento da circulação de dados que vai exigir uma plataforma de maior dimensão para o tratamento de dados cruciais, para se adaptar a esse crescimento. Assim sendo, o Governo deve construir instalações complementares para a plataforma de computação em nuvem, aumentar a eficiência do tratamento de dados, criar um centro de informação de nível mundial e promover eficazmente a aplicação da análise de megadados no âmbito da 5G.

No final, a tecnologia 5G vai injectar, sem dúvida, nova energia no desenvolvimento de todos os sectores de Macau, assim, sugere-se ao Governo que os encoraje a investir em aplicações adequadas às indústrias de Macau, estimulando-se o dinamismo do mercado e fornecendo-se um bom ponto de partida para a transformação industrial, o desenvolvimento de todos os sectores, o aumento da competitividade de Macau e a promoção da diversificação adequada da economia local.